



A CULTURA MATERIAL ENQUANTO RESULTANTE E LEGITIMADORA DA ORDEM SOCIAL ESTABELECIDNA NA SOCIEDADE AÇUCAREIRA DA ZONA DA MATA SUL PERNAMBUCANA

MATERIAL CULTURE AS A RESULT OF AND LEGITIMIZING THE SOCIAL ORDER ESTABLISHED IN THE SUGAR SOCIETY OF THE MATA SUL ZONE OF PERNAMBUCANA

Eduardo Augusto de Santana¹

RESUMO: Este texto busca trazer algumas considerações acerca da cultura material implantada na Mata Sul pernambucana e como a sua arquitetura refletia as relações de poder e dominação estabelecidas pelos grupos sociais dominantes do mundo açucareiro. Propondo-se, desta maneira, a problematizar as representações simbólicas que as imagens daquelas construções endossavam naquela sociedade. Destarte, este trabalho discute a relação simbólica entre a cultura material implantada naquela região, entre os séculos XVI e o XVIII, e as formas pelas quais os grupos dominantes se organizavam, para legitimar o seu poder frente à sociedade da época a partir da manipulação simbólica daquelas construções no passado.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; Sociedade colonial açucareira; Representações simbólicas; Relações de poder e dominação.

ABSTRACT: This text seeks to bring some considerations about the material culture implanted in the Mata Sul of Pernambuco and how its architecture reflected the relations of power and domination established by the dominant social groups of the sugar world. Proposing, in this way, to problematize the symbolic representations that the images of those constructions endorsed in that society. Thus, this work discuss the symbolic relationship between the material culture implanted in that region, between the 16th and 18th centuries, and the ways in which the dominant groups organized themselves, to legitimize their power in the face of society at the time, from of the symbolic manipulation of those constructions in the past.

KEYWORDS: Cultural heritage; Colonial sugar society; Symbolic representations; Relations of power and domination.

INTRODUÇÃO

Este artigo discorre a respeito dos aspectos socioculturais típicos da sociedade colonial açucareira da Zona da Mata Sul pernambucana, a partir de três pontos-chave. O primeiro deles

¹Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco- Bolsista CAPES. Mestrado e graduação em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professor visitante do Curso de Licenciatura em História da Universidade Pernambuco, Campus Mata Norte. E-mail historiador.eduardosantana@gmail.com



está relacionado à inserção daquela região, por meio da ocupação do seu espaço, no sistema de dominação colonial implantados pelos portugueses. O segundo ponto busca mensurar a dimensão simbólica, sob uma perspectiva sociopolítica, em que as construções implantadas nos sítios urbanos e rurais urbanos coloniais daquela área contribuíam para fomento e validação dos interesses das elites da época. E o terceiro ponto defende a tese de que de que a arquitetura colonial típica do mundo açucareiro – levando em consideração os tipos e materiais construtivos empregados; locais de implantação das construções e seus aspectos arquitetônicos; características e significados simbólicos – favorecia o controle social, a legitimação e a replicação do sistema de dominação perpetrado pelos grupos dominantes nos engenhos e nas vilas açucareiras daquela região.

As discussões ventiladas neste trabalho partem do pressuposto de que as construções feitas para abrigar e representar materialmente as instituições da sociedade colonial açucareira se configuram como símbolos e receptáculos do poder da elite agrária, cuja autoridade buscavam representar através dos tipos construtivos tipos do mundo açucareiro. Assim, essa cultura material tinha função social e simbólica, era legitimar e dar a conhecer ao conjunto da sociedade, ou seja, transfiguravam-se em imagens representativas de um poder que se materializava ante dominados e dominadores (Bourdieu, 2007. p. 1-16). Como exemplo, podemos citar a capela de engenho, representante do poder da religião dominante, que através de suas normas e regras, buscavam ditar a moral da época. Havendo, ainda, a representatividade da casa-grande, que além de referendar o poder econômico e econômica da elite agrária, legitimava o modo de produção implantado. Ambas agiam como representantes visuais do poder de uma minoria que tinha o monopólio da violência e controlava a sociedade da época.

Em relação ao emprego da cultura material e da análise do modo de ocupação dos espaços das vilas e dos engenhos açucareiros da Mata Sul, enquanto fonte documental utilizado nesta pesquisa, podemos dizer que o seu uso se faz em razão do alargamento das fronteiras realizadas pelos historiadores dos *Annales*. A esse respeito, Leandro Karnal e Flávia Toltsch (2015, p. 14) defendem que, “a Escola dos *Annales*, no século XX, colaborou ainda mais para o alargamento da noção de fonte. Ao determinar que a busca do historiador seria guiada por o que fosse humano”, mais adiante, no mesmo trecho, comenta-se que Marc Bloch defendia que, “ao mesmo tempo em que se amplia o campo do historiador, amplia-se, necessariamente, a tipologia de sua fonte”. Sendo assim, uma vez que a região ainda conta com construções,



vestígios materiais e indícios de alterações da sua geografia espacial decorrentes dessa dinâmica histórica e social, utilizaremos esses indícios documentais para o estudo e a análise propostas neste texto.

A quebra de paradigmas no mundo acadêmico, a partir das novas abordagens trazidas pelos historiadores dos *Annales*, serviu para pudéssemos ter a dimensão de que “um documento é tudo aquilo que em determinado momento histórico decide que é um documento”. A partir dessa reflexão, entendemos que um documento histórico só é tipo como tal em função de uma determinada visão de uma época sobre ele, considerando-o, assim, como uma fonte histórica. Desta maneira, “para o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade”.

A própria expansão do conceito de documento não se refere apenas à inclusão de novos objetos ou à inclusão de personagens comuns, mas também a própria dimensão holística que este trabalho dimensiona em si mesmo. Assim, não se trata apenas da utilização de novas fontes documentais, mas da utilização dos mais variados tipos de documentos em uma pesquisa e interconexão que eles estabelecem entre si. Portanto, a sociedade colonial açucareira da Mata Sul pernambucana é estudada em suas diversas dimensões a partir das fontes documentais disponíveis.

Entende-se que a cultura material característica do mundo açucareiro deve ser analisada enquanto elemento representativo de valores culturais/civilizatórios cortejados pelos grupos sociais que dominaram aquela sociedade no passado. Assim, essa discussão parte da premissa de que todas as ações do sujeito registradas em uma dada conjuntura histórica são derivadas dos valores culturais que o sujeito carrega consigo. Sobre isso, José de D' Assunção Barros (2019, p. 23-24), sustenta que tudo aquilo que é produzido pelo homem ou traz vestígios de sua interferência pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano.

Em diálogo com a interpretação do autor acima, Sandra Pesavento (2014, p. 69-98) defende que toda sorte de materialidade resultante de um processo de construção e acumulação histórica se torna uma possível fonte. Segundo ela, a cultura é vista como uma forma de expressão e tradução da realidade que, por sua vez, é feita de forma simbólica. Neste sentido, as práticas culturais presentes nas coisas, práticas e objetos podem ser entendidas como maneiras de os humanos buscarem ajustar a realidade do mundo.

A cultura passar a ser interpretada como:



(...) uma expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa.

As discussões ventiladas pela Nova História Cultural, sobretudo no que se refere ao estudo do passado, nos ajuda a analisá-lo como uma espécie de reinvenção que é feita a partir do presente, em que “o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão. Historiadores contemporâneos passam a fazer uso de um arsenal de métodos, fontes, conceitos e problemas, todos de empréstimos dos mais diversos campos do conhecimento humano. Dotando-nos, assim, de um arsenal de conceitos e aportes teórico-metodológicos que nos permitem discutir e desvelar os diversos sentidos conferidos, pelos homens do passado, aos objetos e monumentos que se serviam nos mais diversos contextos e tempos históricos.

A esse respeito, Jacques Le Goff (2012, p. 509-523), por sua vez, sustenta que toda transfiguração do documento em monumento é justamente a sua relação e utilização pelo poder. Essa dita transfiguração em monumento está nos usos que lhes foram conferidos em uma dada conjuntura sociocultural. A cultura material remanescente da Mata Sul pernambucana, além de ser resultante de um modelo de sociedade, caracteriza-se em fonte documental basilar para o desenvolvimento deste trabalho. É importa que se diga que, para além da materialidade histórica que esses tipos construtivos carregam consigo, eles também são espelhamentos de como aquela sociedade se enxergava e como representava a si mesmo. Assumindo, assim, uma dimensão simbólica que contribuía para replicação e legitimação do sistema de dominação ali perpetrado pelos grupos dominantes e instituições que os representavam.

O estudo de uma sociedade a partir da ocupação do seu espaço

Nas áreas de assentamento colonial da Mata Sul, seja nos sítios urbanos ou nas áreas rurais, ainda é possível notar a existência de construções e vestígios materiais que remetem aos primeiros séculos de colonial da região. Quando após as campanhas de extermínio da população nativa e a apropriação de suas terras atingem aos seus objetivos políticos e econômicos. São esses vestígios do passado, é importante que se diga, implantados ao longo dos diversos momentos e conjunturas históricas, que caracterizam a ocupação daquele espaço no passado.



Além disso, por meio do estudo de campo na região, é possível identificar vestígios arqueológicos de tipos construtivos que transitam entre os séculos XVI ao XVIII. Um dos elementos relacionados à disposição espacial dessa arquitetura colonial são as características ocupacionais que a empresa colonial assumiu ao longo dos séculos seguintes à ocupação portuguesa na região. Há, dessa forma, uma concentração, no núcleo da sede, de trabalhadores livres, e, na área rural, da elite canavieira e dos escravizados negros e indígenas.

Sobre isso, Roberto Lobato Corrêa (2002, p. 11) defende que o espaço urbano é definido como sendo um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Demonstra ainda que o espaço urbano, fragmentado e articulado, é reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. Por meio dessa análise, compreende-se que a própria sociedade emprestava aqueles espaços sentidos múltiplos que dialogam com o momento histórico em que foram concebidos. Funcionando, de certa maneira, como agentes de legitimação, reprodução ou de contestação da ordem estabelecida pelos grupos dominantes.

Para Milton Santos, “os instrumentos de trabalho imóveis tendem a predominar sobre os móveis e a ser a condição do uso destes. Estradas, edifícios, pontes, portos, depósitos etc. são acréscimos à natureza, sem os quais a produção é impossível” (2012, p. 33). Portanto, a sociedade é reorganizada para atender às necessidades e demandas de dado sistema de produção. A partir da colocação feita pelo autor, e trazendo a discussão para o a problemática deste trabalho, os partidos arquitetônicos típicos no contexto dos engenhos e dos povoados açucareiros figuravam como instrumentos de trabalho e de acumulação de capitais imóveis. Segundo essa interpretação, aquelas construções eram concebidas e incorporadas à paisagem do mundo açucareiro com vistas a atender as necessidades de produção. Passando a figurar, também, como uma arquitetura modificadora do espaço através da imposição de sua materialidade ao conjunto daquela paisagem ora alterada.

Ana Fani Carlos (2006, p. 16) defende que o lugar traz em si uma íntima interconexão com os movimentos históricos, haja vista que se configuram em importantes de estudo e interpretação do passado. Levando isso em consideração, observe o trecho, da fala da autora, destacado abaixo:

(...) o lugar guarda em si, não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível pressupomos que a memória, enquanto elo de interpretação do passado, deve ser compreendida como voz e a imagem do acontecido.



Notamos que Silva Abud e Alves (2013, p. 111) discorrem sobre o tema na mesma linha de análise dos autores supracitados acima:

Ensino de História em experiências significativas os artefatos concebidos e utilizados pelos seres humanos constituem importante meio de preservar a memória, reconstruir a História e proporcionar às gerações que se sucedem a Seminário Internacional de Cultura Material e Arqueologia. Vol. 1, 2017. Possibilidade de construir consciência da trajetória histórica de sua sociedade.

Portanto, os lugares desvelam movimentos sociais e históricos que agiram e impuseram modificações em sua geografia e paisagem. Esses fenômenos podem ser decorrentes de ações políticas, econômicas, culturais e sociais que operaram de forma separada ou cumulativamente no tempo e espaço. E trazem em seu âmago toda uma representatividade simbólica que os interliga à cultura material ali implantada ao longo dos mais diversos processos históricos. Por esse motivo, tornam-se peças-chave para o desvelamento e a análise da atmosfera sociocultural em que determinados tipos construtivos foram edificados no passado. Dessa maneira, os espaços, lugares, memórias precisam ser analisados de forma conjunta para que se possa conferir inteligibilidade à função sociocultural dos monumentos e vestígios históricos presentes na Mata Sul pernambucana, que remetem ao seu passado colonial.

Infere-se que o aprofundamento desse estudo pode trazer significativos apontamentos a respeito, não só da tipologia básica das urbes colonial açucareira, como também oferecer pistas a respeito das representatividades simbólicas contidas nos traçados e tipos construtivos da Mata Sul pernambucana. Oferecendo assim, um maior entendimento a respeito das dimensões simbólicas, político-administrativas, culturais, sociais e econômicas das urbes coloniais.

A dimensão simbólica da Arquitetura Colonial da Zona da Mata Sul de Pernambuco

De acordo com Agnes Heller (2008, p. 31), a cultura material ganha relevância na pesquisa histórica, mas também no ensino de História, haja vista que ela vem ganhando cada vez mais espaço nos debates relacionados aos variados campos das ciências humanas. Aliás, o uso da cultura material no ensino de História desnuda a importância dos objetos no cotidiano das pessoas, seus diferentes usos e as mudanças e permanências nas relações sociais e culturais das sociedades. Ajudando, assim, estudantes pesquisadores a refletir acerca da dimensão



histórica, social e cultural dos objetos criados pelos seres humanos na cotidianidade de diferentes temporalidades.

A geração de riqueza decorrente dos acúmulos de capitais fomentados pela indústria açucareira, na Mata Sul pernambucana, permitiu que fossem inseridas na paisagem toda uma materialidade que permite, ao pesquisador dessa temática, discutir e problematizar como se deu o enriquecimento vivenciado pelas vilas, freguesias e povoados açucareiro daquela região. Assim como também permitem discutir as relações sociais que determinavam e eram validadas por meio das representações simbólicas endossadas pelas construções típicas daquele período. Decorre daí a importância da compreensão dos modos pelos quais as relações sociais de poder se organizaram em torno daqueles tipos construtivos erguidos nos latifúndios e povoados no passado.

Gilberto Freyre (1935, p. 82) tece uma observação que nos permite vincular a sua à fala ao tema em discussão. No referido texto, ele diz o seguinte:

Há casas cujas fachadas indicam todo o gênero de vida dos seus moradores. Os mais íntimos pormenores, os gostos, os hábitos, as tendências. Mas não são apenas as casas que falam e revelam a vida, o espírito e o gosto dos donos. Falam também por sinais esses outros surdos-mudos que são os móveis.

Pode-se inferir, a partir das colocações do autor acima, que a cultura material de um determinado período histórico pode contribuir para a elucidação de possíveis questionamentos a respeito da cultura, política, religião, poder, negociações, resistências e modos de vida de uma sociedade. Se configurando em vestígios materiais que podem oferecer dados a respeito do contexto histórico e a evolução sociocultural da sociedade a qual estavam vinculados.

Ainda a respeito das fontes utilizadas no trabalho, José d'Assunção Barros (2012, p. 130-131) argumenta que, “tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano”. Mais adiante, ele faz referência aos diversos tipos fontes disponíveis que contribuem para legitimar o uso da cultura material enquanto fonte de pesquisa. Sobre isso, ele diz:

Incluem-se como possibilidades documentais desde os vestígios arqueológicos e outras fontes de cultura material (a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, monumentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana) até representações pictóricas e fontes da cultura oral (testemunhos colhidos ou provocados pelo historiador).



Os norteadores teóricos da história sociocultural, ao mesmo tempo em que abrem um leque de possibilidades, bastante promissor, quanto ao uso dos mais variados tipos de fontes, também trazem consigo imensa responsabilidade quanto ao uso e correto emprego das metodologias adequadas para a pesquisa exploratória desses recursos. E apesar de parecer algo bastante desafiador, para nós historiadores, o resultado do emprego dessas novas fontes e objetos produz resultados bastante significativos para as novas pesquisas que têm aflorado nesse campo temático.

A respeito dessa discussão, é importante estabelecer, como bem defende Michel Foucault (1999, p. 167-168) que o poder não está constituído apenas de ideologias, mas de um conjunto de técnicas que foram se refinando como uma ciência de forma a alcançar os objetivos do poder que é a dominação. No mundo açucareiro, as técnicas de dominação empregadas podiam ser notadas por meio do modo como as construções eram implantadas, geralmente em uma meia encosta desfrutando de uma posição de destaque ou em terrenos que facilitavam o monitoramento dos trabalhadores escravizados por parte das pessoas de confiança do senhor.

A Mata Sul foi palco, ainda em meados do século XVI, de uma das mais sangrentas guerras de extermínio já perpetradas na então capitania de Pernambuco. Essas batalhas foram ensejadas pelo avanço da empresa colonial sobre as terras dos nativos da região, com finalidade de desalojá-los de sua terra ancestral. Toda aquela região se transformou, após as guerras de conquistas e o estabelecimento das vilas açucareiras, segundo Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 13-77), em um importante ponto de passagem para as terras incultas dos sertões. Desse modo, todo aquele território, configurou-se em uma área de suma importância, tanto no aspecto estratégico militar quanto política e econômica para o avanço da empresa colonial na América portuguesa ao longo dos séculos XVI ao XVIII.

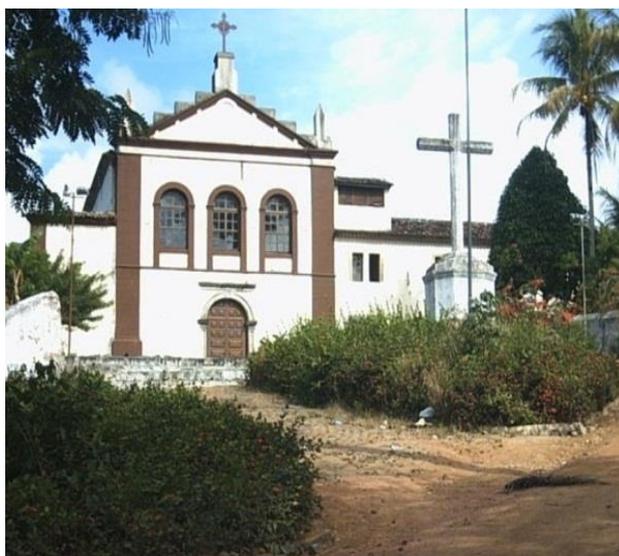
No lastro daquelas conquistas, diversos núcleos urbanos foram sendo implantados com vistas a garantir o suporte administrativo, defensivo e político para viabilizar as atividades produtivas ligadas ao açúcar. Parafraseando Lewis Mumford (2004), a implantação dos núcleos urbanos nas franjas do mundo açucareiro propiciou interações, trocas e transações que de outra forma não seriam possíveis. Assim, uma vez incorporadas à empresa colonial, os núcleos urbanos tinham um importante papel no ordenamento social. Além do mais, aquelas urbes coloniais serviam para dar o suporte institucional à expansão das terras cultivadas e ao



consequente aumento da produção açucareira. Dessa maneira, as vilas açucareiras, conforme defende José Ferreira Filho (2020, p. 90), “compunham a arquitetura espacial da plantation tanto quanto os vales açucareiros, seus rios e sua força de trabalho”.

A importância econômica adquirida pelas vilas açucareiras, ao longo dos primeiros séculos de colonização, pode ser entendida pela fundação, por exemplo, da Igreja do Santo Cristo e do Convento de Santo Antônio – cuja pedra fundamental foi lançada em 1606 pelos franciscanos – e da Igreja de Nossa Senhora do Ó do século XVIII, situadas na então Freguesia de São Miguel do Ipojuca; do Convento de Santo Antônio, da mesma ordem religiosa, edificado na Vila de Sirinhaém na segunda metade do século XVII; e do Convento das Carmelitas, localizado na Vila de Santo Antônio do Cabo, e também construído no século XVII.

Imagem 1 - Convento de Santo Antônio em Sirinhaém-PE (século XVII).



Fonte: <https://www.ipatrimonio.org/sirinhaem-convento-de-santo-antonio#!/map=38329&loc=-8.588653000000017,-35.118873,17>

O convento de Santo Antônio, em Sirinhaém, Pernambuco, remonta à data de 10 de maio de 1630, sendo construído em atenção a pedido de ricos senhores de engenho e outros moradores, não menos abastados, do local e em terras doadas pela viúva Magdalena Pinheyra, em escritura datada de 7 de maio de 1630. No decorrer do tempo, por meio de novas doações da mesma família, outras foram sendo vinculadas ao patrimônio do convento. Uma dessas novas doações é datada em escritura de 17 de julho de 1631 e, mais tarde, em 20 de janeiro de 1633, pela mesma família. Sua construção foi interrompida em razão da invasão holandesa, em 1635, quando já possuía de forma definida o corpo da igreja, mas sem a galilé (hoje inexistente) e elementos decorativos. O convento ficou desabitado até 1649, quando as obras foram



retomadas e os frades retornaram ao convento. Se configurando como dos diversos símbolos da influência da Igreja Católica no mundo açucareiro, bem como do poderio político e econômico das elites locais que doavam terras para as irmandades religiosas e custeavam as construções de conventos e igrejas em toda a região.

A discussão aqui estabelecida, portanto, parte da premissa de que as igrejas, casa de câmara e cadeia, conventos, ermidas, casa-grande, senzalas, capelas e outros tipos construtivos, que foram sendo erguidos ao longo do período analisado e permaneceram até os dias de hoje, a partir do estudo de suas representatividades simbólicas, podem desvelar como eles se relacionavam com a sociedade do período.

No que diz respeito aos conventos, German Bazin (1956, p. 138) argumenta que as primeiras construções religiosas desse tipo na colônia foram feitas de forma precária, usando-se matérias-primas que tinham pouca resistência, como madeira e argila, empregadas em técnicas construtivas já conhecidas pelos portugueses, como a taipa de pilão ou adobe; ou na forma de cabanas, à moda indígena, usando-se folhas de palmeiras sustentadas por traves de madeira. Isso era decorrente, sobretudo, da ausência de pedras adequadas, como as usadas em Portugal para esses tipos de construções.

No que tange à moradia dos senhores de engenho daquela região, o arquiteto Geraldo Gomes (1997, p. 187) nos diz que a documentação mais antiga referente a essas construções do Nordeste colonial é aquela que nos foi legada pelos holandeses. Todavia, ele afirma que, no que diz respeito aos seus tipos construtivos, é provável que tenha havido a persistência de um padrão para este tipo de habitação através de séculos, ocorrendo apenas ligeiras modificações, que certamente visavam atender às necessidades funcionais surgidas no decorrer do tempo. É importante lembrar que as casas-grandes representavam materialmente o poder do senhor de engenho frente à comunidade que vivia em volta do latifúndio, os seus familiares, os agregados e os trabalhadores livres e escravizados, que giravam em sua órbita. Ou seja, era a representação do poder político e econômico da classe senhorial diante de abastados, remediados e grupos subalternos.

As festas regadas a toda sorte de iguarias e requintes que ocorriam no interior das casas-grandes cumpriam a dupla função de atestar o prestígio social e o poderio do senhor da casa. Algo que, naquele período, era bastante apreciado pelas elites locais e inteligível aos grupos sociais subalternos. O império da casa-grande, não raramente, era aferido por meio da



extravagância dessas solenidades, por meio do afluxo de importantes personagens locais que prestigiavam esses eventos no passado. Segundo Gilberto Freyre (2006, p. 99-101), estas extravagâncias buscavam impressionar visitantes, religiosos ou autoridades de passagem pelos engenhos.

O esmero com que aqueles eventos sociais eram preparados, além de promover o estreitamento dos laços de sociabilidade entre os seus “iguais”, tinha a função de reafirmar o caráter simbólico do poder político e econômico que a figura do senhor de engenho detinha ante os seus pares e dos grupos subalternos da sociedade. Garantindo aos integrantes da elite canavieira a posse de um capital social e simbólico que lhes permitiam acessar uma série de vantagens e privilégios em razão dos relacionamentos sociais e contatos firmados entre si através de uniões matrimoniais, sociedades econômicas, interesses sociais e políticos em comum.

O senhor de engenho tinha ao seu redor uma gama de pessoas que dependiam dele e o serviam de várias maneiras, de sorte que sua força emanava não apenas de seu poder econômico, mas também do tratamento dado a todo esse séquito pessoas, segundo foi escrito ainda, no início do século XVIII, pelo jesuíta André João Antonil (1982, p. 75-76):

O SER SENHOR DE ENGENHO é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho. Servem ao senhor de engenho, em vários ofícios, além dos escravos ...barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, um mestre de açúcar, um banqueiro e um contra banqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho, e para o espiritual um sacerdote seu capelão e cada qual destes oficiais tem soldada. (...)

Também, se não tiver a capacidade, modo e agência que se requer na boa disposição e governo de tudo, na eleição dos feitores e oficiais, na boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita; (...), e na verdade e pontualidade com os mercadores e outros seus correspondentes na praça, achará confusão e ignomínia no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito.



Fonte: <http://www.jaboataoguararapesredescoberto.com/2011/01/>

Engenho Gurjaú de Baixo, hoje pertencente ao município de Moreno, era um engenho dos mais antigos da região, pois já existia no final do século XVI, sendo movido a água. Ele chegou a ser saqueado pelos holandeses e pertencia à Freguesia de Santo Amaro de Jaboatão. O nome Gurjaú, de origem tupi, significa "Rio dos sapos". Na imagem, os edifícios do antigo engenho: fábrica, casa-grande, casa do administrador entre outros, permitem vislumbrar a maneira como aquelas casas fortalezas se impunham na paisagem

Segundo José Ferreira Filho (2020, p. 120) comenta:

Cada engenho, “pequeno domínio inteiramente fechado a qualquer ingerência de fora”, era uma entidade completa em si mesma, com seu sobrado, capela, engenho [fábrica], senzalas, escravos, canaviais, pastos, boi e matas. A casa-grande, completada pela senzala, representava não um simples lugar de morar, senão todo um sistema econômico, social e político de exploração.

No modelo de sociedade estabelecida, a casa-grande desempenhou várias funções para as elites do mundo açucareiro, em que até mesmo o casamento entre integrantes de uma mesma família foi por ela estimulado; sob essa ótica, o casamento tinha a função de impedir a dispersão dos bens e conservar a “pureza” do sangue de origem, pretensamente nobre, dos seus habitantes. E com isso, buscava-se evitar a “contaminação” das linhagens senhoriais com sangue de origem negra, moura ou judia. Por outro lado, como bem atesta a historiografia colonial, inúmeros judeus montaram engenhos de açúcar ou instituíram fazendas de cana no período colonial (QUINTAS, 2007, p. 96-101, 103). Buscava-se, de acordo com a Maria Beatriz Nizza Silva,



impedir a dispersão dos bens e conservar a “limpeza” do sangue de origem nobre (2005. p. 8-9 e 19).

De acordo com George Cabral de Souza (2007, p. 617-618), também havia matrimônios entre famílias de senhores rurais e negociantes urbanos, ainda que os de origem portuguesa preferissem a união em matrimônio com filhas de portugueses. Essas estratégias tinham o único propósito de garantir a manutenção e a reprodução de uma casta de senhores essencialmente branca, que fosse capaz de manter as estruturas social, econômica, cultura e étnica que lhes permitiam continuar a figurar no topo da pirâmide social em detrimento do conjunto da população.

Em relação às capelas de engenho, Geraldo Gomes (1997, p. 215-216) diz que são os edifícios que menos sofreram modificações através do tempo. Elas eram construções que, uma vez feitas, raramente sofriam modificações radicais, apesar de, vez por outra, ter havido algumas tentativas de adaptação desses templos ao gosto contemporâneo. Alguns modelos, cuja existência fora documentada pelos holandeses no século XVII, foram reproduzidos, com algumas alterações, até o século XIX. As capelas pelo que se sabe, desde o início da colonização, foram construídas com materiais mais duráveis que aqueles utilizados nos outros partidos arquitetônicos do engenho. As técnicas construtivas preferidas foram alvenaria, pedra ou tijolo.

Para a Fátima Quintas (2007, p. 89-122), a importância simbólica das capelas de engenho era tão contumaz que, na ocasião da botada – primeiro dia da moagem da cana – lá se postava o padre para que tudo corresse conforme o esperado no eito, ou seja, para que os trabalhos ocorressem sem qualquer anormalidade e a produção gerasse um bom lucro ao senhor. Ou seja, nada se fazia sem antes se sacralizar o profano. O mundo, acreditava-se, estava cheio de maus-olhados. Segundo acreditavam, com deus como patrono, o trabalho havia garantias do sucesso e da prosperidade da safra e da produção daquele ano.

A capelas eram geralmente instaladas no mesmo nível de local de construção das casas-grandes, sinalizado que esses templos eram também responsáveis pelo ordenamento social, através da legitimação da ordem estabelecida por meio do discurso religioso que agia de acordo os interesses dos grupos dominantes. Portanto, juntamente com a casa-grande, a capela de engenho era crucial para a configuração e o estabelecimento dos poderes políticos e religiosos que se associavam no espaço físico das unidades produtoras. No interior daqueles templos eram



realizados os rituais que abarcavam desde o nascimento até a morte dos membros daquelas comunidades rurais no passado, sendo também de sepultamento dos membros da família do senhor. Os mortos enterrados naquelas capelas – que representavam uma espécie de extensão da casa-grande –, perpetuavam-se na memória familiar, incorrendo em uma presença mais etérea do que materializada. Mortos coabitando o mesmo espaço dos vivos.

Emprende-se, por meio dessa análise, que a dimensão simbólica da capela de engenho, pois se mostravam tão relevante naquele meio que, dentre as pessoas contratadas para o serviço do engenho, o capelão era um dos mais importantes colaboradores livres a serviço do senhor de engenho:

A que se há encomendar o ensino de tudo o que pertence a vida cristã, para desta sorte satisfazer à maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar ou mandar doutrinar a família e escravos (...) entenda que este será o melhor dinheiro que se dará em boas mãos. (ANTONIL, 1982, p. 81)

Ainda no que se refere à constituição material das capelas coloniais, José Luiz da Mota Menezes (2007, p. 134-135) afirma que as capelas seguiram, com o decorrer do tempo, modelos que podem se associar do Maneirismo ao Neoclássico, e, inclusive, seus últimos exemplares são vinculados ao Ecletismo. O Brasil, durante o período colonial, tem como representantes do Barroco apenas um pequeno número de capelas, ao gosto artístico que o antecedeu na Europa, chamado de Protobarroco, ou Maneirismo.

Um elemento que desperta interesse em algumas capelas representantes do período é um alpendre à frente da contrafação principal. Esse alpendre, às vezes chamado copiar, configurava-se como um espaço aberto e bem afim com a galilé da igreja cristã. Era reservado para que os escravizados assistissem aos ofícios religiosos sem que fosse necessário circular nos mesmos espaços onde os seus senhores se encontravam. Naquele cenário, a segregação e a busca por inferiorizar os grupos subalternos fazia parte do jogo das elites da época, pois era mais um dos estratagemas que os grupos dominantes utilizavam para manter o seu domínio. A fé cristã, suas liturgias e símbolos materiais representativos eram utilizados e manipulados pelos poderosos para assegurar a manutenção da ordem social estabelecida.

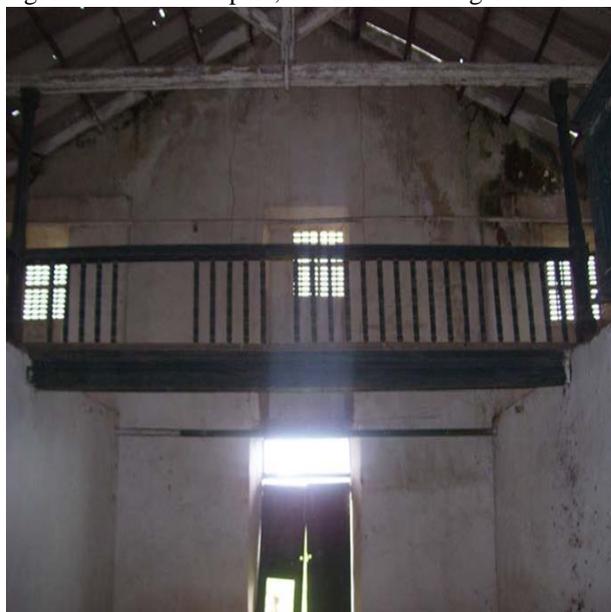


Imagem 3 - Capela de Nossa Senhora da Penha, detalhe do frontal – Engenho Maranhão, município de Ipojuca/PE (século XVIII).



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014. Foto: Eduardo Santana

Imagem 4 - Coro da capela, detalhe das duas galerias laterais.



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014. Foto: Eduardo Santana



Imagem 5 - Câmara onde estão os túmulos parietais; detalhe da seteira ao fundo.



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE. Foto: Eduardo Santana e Natalli Emanuelli

Com relação às senzalas, elas eram um tipo construtivo que se caracterizava por um grande terraço ao longo da fachada, cuja cobertura era sustentada, em geral, por colunas em secção circular ou retas de alvenaria feitas em tijolos maciços ou de rachão de riólitos que, geralmente, corria à frente de dois pequenos cômodos interligados em sequência. Em alguns casos, essas habitações podiam ter, inclusive, divisões internas. Sobre isso, Geraldo Gomes (1997, p. 186) diz que técnica predominantemente empregada na construção daquelas moradias variou da taipa de pau a pique à alvenaria de tijolos, sendo os vãos entre as paredes de aproximadamente três metros de largura. O revestimento, por sua vez, era sempre feito de telhas do tipo canal de barro, como pode ser notado na imagem abaixo.

Imagem 6 – Antiga senzala do Engenho Tabatinga (descaracterizada e que hoje serve de moradia para trabalhadores rurais), em Ipojuca/PE (século XVIII).



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014. Foto: Eduardo Santana



A análise da imagem anterior nos permite dizer que eram construções estabelecidas simetricamente em frente ao terreiro à frente da casa-grande e da capela. O grande corpo da senzala era coberto com um telhado em duas águas, que vinha do terraço aos fundos da parte mais longa. Havia, segundo José Luiz da Mota Menezes (2007, p. 137), poucas variantes existentes, pois esse foi, até o fim da escravidão, um modelo consagrado. Eram habitações bastante precárias, escuras, úmidas, com pouca ventilação, geralmente tinham um único acesso, onde pessoas escravizadas eram amontoadas em condições insalubres. E acabaram se cristalizando como uma das representações materiais mais representativas do abismo social perpetrado pela escravidão no Brasil.

Assim, no campo sociocultural e da política perpetrada pelos grupos dominantes em relação aos grupos subalternos, as senzalas também tinham um papel que ia além do seu espaço físico e dos materiais construtivos nelas utilizados, já que, simbolicamente, elas demarcavam o lugar que cabia aos trabalhadores braçais na organização social e econômica daqueles do mundo açucareiro. Era no interior dessas construções que os escravizados descansavam após horas exaustivas de trabalho no eito. Assim como era no seu entorno que cultivavam as suas lavouras de subsistência e teciam as suas práticas de sociabilidade por meio de seus cânticos religiosos e no repasse de suas tradições, compartilhando, ao mesmo tempo, as suas agruras e pesares vivenciados coletivamente dentro daquele sistema.

Segundo Russel-Wood (1997, p. 85-86), “todo indivíduo de ascendência africana no Brasil estava submisso às normas e regras estabelecidas por uma minoria branca”. No cenário desenhado na América portuguesa açucareira, essa “submissão” era pedagogicamente ensinada e reafirmada cotidianamente aos indivíduos oriundos de um estatuto social “inferior”, como indígenas, negros ou mestiços escravizados. Contudo, mesmo quando se tratava de indivíduos libertos ou nascidos livres, essas regras eram transmitidas por meio de interdições impostas pelos estatutos religiosos, das ordens militares, máscaras de sangue e de cor que favoreciam a instituição de diversos empecilhos destinados a dificultar ou impedir a ascensão social de pessoas dessa origem.

Sabe-se que naquele cenário a ordem social estabelecida deveria ser didaticamente transmitida garantindo-se, dessa forma, a perfeita compreensão dos lugares que estavam reservados na teia social a cada grupo que integrava a sociedade colonial. Era um dos princípios básicos da sociedade colonial: manter a paz social e o *status quo* que a minoria branca



desfrutava a todo custo. A manutenção da ordem estabelecida garantia os lucros de todos os agentes envolvidos na manutenção da estrutura socioeconômica e cultural perpetrada na colônia. Não havia, naquele cenário histórico, meio didático mais eficiente para um negro, livre ou liberto, ou um desvalido qualquer compreender e assimilar as regras do jogo social do que por meio dos simbolismos cujas imagens da miserável condição de existência lhes eram transmitidas pelas senzalas, pelos adornos presentes nas construções religiosas, casa-grande e demais tipos construtivos mais relacionados à governança e aos grupos da elite local.

As fábricas dos engenhos, por sua vez, eram construções feitas em pilares ou em seu lugar arcos plenos, feitos com o mesmo material, de madeira ou alvenaria de tijolos, com poucas paredes intermediárias e quase nenhuma parede a meia altura ligando-as. Vem daqueles tipos construtivos o seu nome, engenho, dado a todo o conjunto da propriedade agrícola, pois engenho é uma referência ao maquinário utilizado dentro da fábrica para extrair o sumo da cana-de-açúcar. Era dentro daquele edifício onde se fazia todo o processo de fabrico do chamado ouro branco. Essa apropriação feita pelo empresário do açúcar, no início da colonização, foi tão impactante que:

O título realmente espalhava aura de nobreza, riqueza e poder, fundada em seu controle sobre a terra e sobre as condições internas da produção. Constituíram, no Brasil, mais que simples categoria de empresários coloniais, cristalizando-se como potentados rurais, cujo domínio ultrapassou, e muito, a esfera econômica. (FERLINI, 2003, p. 288)

De acordo com o Elinildo Lima (2018, p. 81), o senhor de engenho historicamente encarnou o patronato oligárquico, configurando-se como o “símbolo de masculinidade viril e patriarcal cujo *ethos* se mantém de certa maneira, ora perene, ora latente, na sociedade brasileira até os dias de hoje”. Este *ethos* é uma espécie de matriz estrutural do estamento social brasileiro que, de alguma forma, se reproduziu no tempo histórico alcançando aos dias atuais com os contemporâneos “coronéis” ou caciques políticos de inúmeros municípios do Brasil, cujas oligarquias familiares mantêm o controle da política local, perpetuando os seus membros nos poderes administrativo, judiciário e político.

Dentro da unidade produtora do engenho, a moita tinha uma função ímpar, pois era no seu interior onde era feito a maior parte do processo de fabricação do açúcar e onde se designavam as atividades que caberiam a cada trabalhador desempenhar. Essa configuração fazia com que todos os ofícios desempenhados girassem em sua órbita e dependessem do seu



pleno funcionamento. Aquela construção era importante para o processo de disciplinarização do trabalho naqueles estabelecimentos, pois todas as atenções do senhor e de seus oficiais estavam direcionadas para o processo de produção. Do seu contínuo funcionamento dependia o prestígio político e o estatuto social simbolicamente atribuído ao senhor de engenho e dos lavradores que levavam os seus partidos de cana para serem processadas naquelas fábricas.

Assim, os reflexos das imagens que a grande propriedade açucareira e as urbes açucareiras, com as suas igrejas, arruadas, mosteiros e conventos, foram extremamente significativos para a formação do Brasil. Além do mais, muito dos resquícios daquela atmosfera sociocultural chegaram até os dias de hoje e estão profundamente arraigados em nossa cultura. Logo, o estudo e a compreensão das representações simbólicas que aqueles bens materiais endossavam naquele tipo de sociedade são de suma importância para compreendermos muitas de nossas mazelas sociais e dos aspectos culturais do Brasil contemporâneo.

Ao longo de toda discussão que foi tecida até aqui, este trabalho buscou demonstrar que os partidos arquitetônicos abordados, outrora implantados no mundo açucareiro, tiveram um importante papel para o ordenamento da sociedade colonial, sobretudo pelo fato de refletirem a imagem da sociedade e da cultura de uma época. Eles foram imprescindíveis ao sucesso do projeto de hierarquização, poder e dominação implantados na Mata Sul pernambucana pelos invasores europeus e por seus descendentes ao longo de séculos.

O estudo e articulação entre o estudo da sociedade por meio da cultura material, é discutido por Marcelo Rede (2012, p. 133-137), que diz:

(...) os historiadores desprezaram ou falharam em considerar adequadamente as articulações entre a vida social e a materialidade, e, apesar de sua grande diversidade, raramente as teorias acerca da experiência histórica reconheceram a importância da dimensão material da existência humana. Em segundo lugar, a historiografia foi tímida ou totalmente inapta em incorporar as fontes materiais ao seu processo de geração de conhecimento.

A exposição anterior é pertinente na medida em que contribui para discutir a respeito da confrontação entre os estudos a respeito da cultura material, do espaço e do entendimento de suas relações com o contexto social em que se inserem. O texto ajuda a pensar a respeito dos sentidos conferidos a dimensão material, dos vestígios produzidos em outras épocas, pela sociedade que deles se utilizavam no passado. Além do que, demonstra de uma vez por todas que são os agrupamentos sociais que conferem sentidos a essa cultura social, indicando, ainda,



que esses sentidos podem variar de acordo com o espaço e o momento histórico em que esse ou aquele bem se insere.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, capela, a casa senhorial, senzalas, arruados, moitas, igrejas, entre outros, associavam-se no ordenamento daquela sociedade, uma vez que eram percebidos como representantes materiais de um poder maior a que todos estavam sujeitos. Moldaram, por assim dizer, o tipo de sociedade que os grupos dominantes almejavam fomentar, uma vez que delimitava o espaço em que cada indivíduo deveria transitar naquela sociedade. Essas construções estavam associadas aos interesses das elites e das instituições do mundo do açúcar, buscando, assim, garantir-se a manutenção da ordem e uma pretensa harmonia social.

Os modos de implantação daquelas construções acabaram por se configurar, dentro daquele sistema de produção e dominação, como uma das maneiras utilizadas para representar as hierarquias socioculturais presentes no imaginário do mundo barroco, em parte reproduzido na colônia. Havia, assim, a intencionalidade de se favorecer as instituições coloniais, o modo de produção implantado, os grupos dominantes já delineados, ao longo do processo de conquista, e a reprodução do modelo de sociedade que dialogava com os fenômenos sociais da época. Atendiam-se, desta maneira, aos interesses da metrópole e garantia-se o predomínio político e cultural do substrato populacional branco sobre o conjunto da massa de desvalidos indígenas, negros e miscigenados que formavam o grosso da população residente na América portuguesa.

Dessa forma, fossem construídas nas áreas urbanas ou rurais da Mata Sul pernambucana – ou em qualquer outro espaço do mundo açucareiro –, a materialidade resultante daquela ocupação se configurava como representantes de um poder econômico, político, religioso cujas representações simbólicas tinham a clara função de alinhar aquela sociedade aos interesses dos grupos dominantes. Todos eles faziam parte de um jogo simbólico de uma sociedade hierarquizada e ritualizada em que cada um deles representava, reforçava e impunha uma relação de poder e dominação. Naquela atmosfera sociocultural, os grupos e instâncias de poder político, econômico e religioso se associavam, no intuito de garantir o ordenamento daquele espaço colonial e a manutenção dos seus interesses enquanto grupos dominantes.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João, 1649 ou 50-1716. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. Edição fac-similar.

ABUD, Katia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. (Coleção ideias em ação).

BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BURKE, Peter. **A cultura material na obra de Gilberto Freyre**. In: FALCÃO, Joaquim;

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. [Orgs.]. O imperador das idéias. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho/Topbooks, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobado. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

CARLOS, Ana Fani. **A. O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. São Paulo: editora brasiliense, 2003.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da Plantation no Nordeste do Brasil**. Recife: Ed UFRPE, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Artigos de jornal**. Recife: Edições Mozart, 1935.

_____. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

KARNAL, Leandro; TOLSTCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanesi (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 6. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.



LIMA, Elinildo Marinho de. **Memórias do Engenho São Bartolomeu sob a perspectiva da Ciência da Informação**. 2018. 158p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Recife, 2018.

MUNFORD, Levis. **A Natureza da Cidade Antiga**. In: MUNFORD, Levis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectiva*. Martins: São Paulo, 2004.

MENEZES, José Luiz da Mota. **Casa-grande, Capela e Senzala**. In: QUINTAS, Fátima (Org.). *A civilização do açúcar*. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

QUINTAS, Fátima. **Cana, Engenho e Açúcar**. QUINTAS, Fátima (Org.). *A civilização do açúcar*. Recife: Sebrae; Fundação Gilberto Freyre, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. *Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano*. In: **Cadernos do LEPAARQ** – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V. II, n°4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez 2005.

REDE, Marcelo. **História e cultura material**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion;

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia** / Milton Santos, em colaboração com Denise Elias. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII**. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SOUZA, George Felix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710 – 1822)**. 2007. 698 p. Tese – Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica. Salamanca, 2007.

Artigo recebido em: março/2023

Artigo aceito em: julho/2023